

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: » Upload.....	1
VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: A corrosão na confiança dos investidores	2
Título: O abraço militar à pauta bolsonarista	3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/05/2020

Seção: Colunas

Autor: CIRCE BONATELLI, ALINE BRONZATI, ANDRÉ VIEIRA, CRISTIANE BARBIERI, ANNE WARTH E WELLINGTON BAHNEMANN

Título: » Upload.

Coluna do Broadcast

As medidas de isolamento para conter a pandemia têm impulsionado a digitalização dos clientes da Enel Brasil, maior grupo de distribuição de energia do País. A empresa registrou crescimento de 14% na adesão dos consumidores de suas concessionárias em São Paulo, Goiás, Ceará e Rio Janeiro a seus serviços digitais desde o início da pandemia, em março. O grupo fornece energia elétrica para 17 milhões de clientes.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/05/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: A corrosão na confiança dos investidores

Sob Bolsonaro, a Presidência se tornou o principal vetor de instabilidades na República

Não são muitas as certezas possíveis sobre o cenário brasileiro depois da pandemia. Uma delas, porém, é a de que o país vai precisar atrair investimentos externos para ajudar a alavancar o processo de recuperação da economia.

O governo tinha uma perspectiva otimista, assentada na venda de 36 empresas estatais a partir de agosto. Na lista oficial constam, entre outras, Eletrobras, Correios, Embrapa, Finep, Nuclep, Serpro, Dataprev e Casa da Moeda.

Em paralelo, achava possível a atração de até US\$ 100 bilhões do setor privado para a área de petróleo. Argumentava com a disponibilidade de US\$ 1,5 trilhão no mercado mundial.

Talvez fosse real na virada do ano, mas o mundo mudou com o vírus, e uma dose de realismo pode ser adequada. O Brasil encerrou 2019 como um dos quatro maiores receptores de investimentos estrangeiros diretos. Foram US\$ 78,6 bilhões. Em março, no início da pandemia, o Banco Central refez projeções e estimou uma queda de 24%, para US\$ 60 bilhões, neste ano. Poderá ser maior, devido ao recrudescimento da disputa por hegemonia entre Estados Unidos e China e das políticas protecionistas em vários países.

Já não basta oferecer condições favoráveis ao trânsito de capitais. Vai ser preciso firme sinalização sobre a estabilidade política, a segurança jurídica e o rigor na proteção ambiental — fator cada vez mais relevante nas decisões dos maiores fundos globais.

A chave está na conquista da confiança. E nesse ponto reside, hoje, a grande dificuldade brasileira, com um governo que se mostra desnorteado. Sob Jair Bolsonaro, a Presidência se tornou o principal vetor de instabilidades na

República, depois do novo coronavírus. O governo se transformou numa usina de crises e de conflitos com o Legislativo e o Judiciário. Exemplo vívido está no vídeo da reunião ministerial de abril, com o presidente dizendo que sua intenção é “armar o povo” e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, pedindo a prisão de integrantes do Supremo Tribunal Federal. Ou com o ministro Augusto Heleno direcionando ameaças a outros Poderes.

O governo não fomenta confiança. Ao contrário, acirra as próprias contradições programáticas. Militante da retórica antipolítica, Bolsonaro passou 16 meses sem se preocupar com uma base parlamentar e, agora, adotou o “toma lá dá cá”. Tal qual os antecessores que criticava, passou a distribuir cargos em troca de votos no Congresso, em alianças pouco confiáveis com líderes notórios pelo prontuário em escândalos de corrupção.

A instabilidade resulta em insegurança. Soma-se a confusão em áreas como meio ambiente, e o obscurantismo na política externa, com hostilização a parceiros como a China.

O governo reconhece a dependência de capitais externos para a economia emergir da crise. Mas mantém uma postura corrosiva naquilo que é mais decisivo à atração dos investidores: a confiança.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/05/2020

Seção: O País

Autor: MARCO GRILLO

Título: O abraço militar à pauta bolsonarista

Nomeações e acenos ao governo na crise do Covid-19 expõem papel ambíguo das Forças Armadas, dizem especialistas

O crescimento da nomeação de militares para postos estratégicos do governo federal, inclusive com cargos no Ministério da Saúde, abriu espaço para adoção de protocolos contra a Covid-19 mais alinhados ao presidente Jair Bolsonaro e expôs uma ambiguidade do papel das Forças Armadas, afirmam estudiosos.

Ao mesmo tempo em que comandantes e o ministro da Defesa pontuam o papel institucional e de serviço ao Estado, e não ao governo Bolsonaro, os espaços na atual gestão são ocupados em velocidade cada vez maior por militares. Visto em uma primeira fase do governo como capazes de limitar arroubos radicais de Bolsonaro, o núcleo militar agora também exerce papéis mais associados à chamada ala ideológica, como a defesa da cloroquina no tratamento contra a Covid-19 — não há evidência científica da eficácia do remédio.

Segundo o “Painel estatístico de pessoal”, do Ministério da Economia, há 2.067 servidores de Exército, Marinha e Aeronáutica requisitados por outros setores do governo federal. O número é 7% superior ao do ano passado e 12% maior que o de 2018, último ano de Michel Temer. Na comparação com os períodos finais das gestões petistas, o crescimento é de 16% em relação a março de 2016 (dois meses antes da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff) e de 48% sobre 2010, último ano de Luiz Inácio Lula da Silva.

Hoje há nove ministros com origem militar, além de funções ocupadas em escalões inferiores. Em relação ao desenho inicial, quando o comando de áreas como Infraestrutura, Ciência e Tecnologia e **Minas e Energia** já havia sido delegada a militares, a expansão ocorreu para três setores essenciais ao governo.

Ainda em 2019, a articulação política deixou de ser responsabilidade de um civil (Onyx Lorenzoni, então ministro da Casa Civil) e passou a ser função do general Luiz Eduardo Ramos, que assumiu a Secretaria de Governo e incorporou a atribuição. Em 2020, a expansão chegou à coordenação da atuação dos ministérios, com a escolha do general Braga Netto para a Casa Civil, e à liderança no combate ao coronavírus, consolidada com a nomeação do general Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde.

EFEITO TRUMP

O embarque a ala militar na linha de frente do combate à pandemia abriu caminho para permitir o uso de cloroquina em casos leves da doença, prática que encontrou resistência nos ex-ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, ambos médicos. Um dos militares nomeados para a pasta elogiou o fato de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tomar o medicamento. Já o Laboratório do Exército entrou na linha de produção e entregou 1,25 milhão de comprimidos, sob aprovação do presidente.

O cientista político Octavio Amorim Neto, professor da Ebape/FGV, avalia que, em um primeiro momento, preencher ministérios com militares foi uma saída achada por Bolsonaro em um cenário de poucos quadros no PSL, partido pelo qual foi eleito, e sem disposição de repartir espaço com outras legendas. Além disso, poderia se beneficiar do prestígio das Forças Armadas junto à população —em julho de 2019, o Datafolha mostrou que 42% dos brasileiros “confiavam muito” nas instituições militares — e fortalecer o discurso contra a política tradicional.

Na outra ponta, as Forças Armadas, movidas também por afinidade ideológica e a sensação de ter uma “missão” a cumprir, viram uma reforma da Previdência mais branda ser aprovada para a categoria e o orçamento do Ministério da

Defesa para 2020 ser protegido de possíveis contingenciamentos. O professor, que classifica a situação das Forças Armadas como de “extrema ambiguidade”, avalia que um eventual agravamento da crise política pode tornar a situação ainda mais complexa:

— Com o esforço permanente de envolver as Forças Armadas no governo, uma crise que leve a um indício de processo de destituição legal pode ocasionar manifestações políticas de setores subalternos das Forças, ao arrepio do que diz o Alto Comando. É a pior coisa para uma instituição que preza pela disciplina.

DESGASTE DA IMAGEM

O cientista político Rafael Cortez, sócio da consultoria Tendências, observa que o incremento da presença de militares acontece em um momento de desgaste político intenso, com a saída de ministros populares — casos de Sergio Moro (Justiça) e Mandetta —, além de investigações sobre a suposta interferência de Bolsonaro na Polícia Federal. Para Cortez, a identidade entre pontos de vista das Forças Armadas e parte do discurso bolsonarista também alavanca a participação militar no governo.

— O ponto principal da estratégia é elevar o custo de um movimento que leve a um processo de interrupção de mandato por meio do impeachment — diz Cortez, que vê uma “tensão” entre o mundo militar e o político.

Para o cientista político Christian Lynch, professor do Iesp/Uerj, a associação pode gerar prejuízos para as Forças Armadas a médio prazo:

— Conforme a imagem do governo vai queimando, vai levando junto a do Exército, que está colado com o bolsonarismo. Pode ser um caminho sem volta — analisa.

Já o cientista político Fernando Schuler, professor do Insper, avalia que as nomeações de estão mais relacionadas à “zona de conforto” do presidente:

— Há uma cultura de hierarquia e disciplina. No caso de profissionais da área científica, por exemplo, com mais autonomia, existe risco maior de contestação.

MME / ASCOM .